



C.C:

Exmo(a) Sr(a)
CONVITE À APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA

Sua referência:

Sua comunicação de:

Nossa Referência:

Data:

S/4607/2021

16/08/2021

Assunto: Aquisição de serviços de transporte de alunos

Convidam-se V.ªs Exas., nos termos do disposto no n.º1 do art.º 115.º do Código dos Contratos Públicos (C.C.P.), aprovado pelo Decreto Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação, a apresentar proposta para a prestação de serviços “Aquisição de serviços de transporte de alunos”, cujas especificações técnicas e referência a aspetos essenciais, constam do caderno de encargos anexo ao presente convite, nos seguintes termos:

1 – Entidade adjudicante:

A Entidade Adjudicante é o Município de Arganil, com sede na Praça Simões, 3350-954, Arganil, Tel: 235200150, Fax:235200158, E-mail: geral@cm-arganil.pt

2 – Decisão de contratar:

A decisão de contratar no uso da competência própria que lhe é conferida pelo disposto nas alíneas f) e g) do n.º1 do art.º 35.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o disposto na alínea a) do n.º1 do art.º 18.º do Decreto Lei n.º 197/99, de 8 de junho, ainda vigente, por força da Resolução da Assembleia da República n.º 86/2011 de 30 de março, e em cumprimento do preceituado no n.º1 do art.º 36.º e no art.º 38.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação.

3 – Documentos que constituem a proposta:

1. Os documentos que constituem a proposta, nos termos do disposto no art.º 57.º do CCP, são os seguintes, os quais são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa:

- Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do anexo I ao CCP, assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar, da qual se anexa cópia;
- Declaração do concorrente comprovativa de que a empresa não se encontra abrangida pelo disposto no n.º3 do artigo 69.º do anexo ao Decreto Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, o qual aprova o Código do Procedimento Administrativo, elaborada em conformidade com o modelo em anexo (anexo III), nos termos previstos no n.º 4 do citado artigo, assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar, da qual se anexa cópia;
- Documento que contenha os atributos da proposta, de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar;
- Documento que, contenha os termos ou condições relativo a aspetos da execução do contrato não submetido à concorrência pelo caderno de encargos, aos quais a entidade adjudicante pretende que o concorrente se vincule; designadamente: Descrição dos circuitos a que se candidata n.º de alunos que vai transportar, horários, estimativa de km a percorrer
- Certidão do registo comercial da empresa ou o seu código de acesso online;
- Outros documentos que o concorrente considere indispensáveis para efeitos do disposto no n.º3 do art.º 57.º.

A entidade adjudicante pode, a qualquer momento, exigir a apresentação de documentos comprovativos das declarações prestadas pelo concorrente na referida declaração.

2. Os documentos que instruem a proposta serão obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa.

3. No caso de agrupamento de concorrentes, a declaração referida na alínea a) do ponto 1, deve ser assinada pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos à declaração os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros ou, não existindo representante comum, deve ser assinada por todos os seus membros ou respetivos representantes.

4. Os documentos que acompanham a proposta, tal como a proposta, serão apresentados diretamente em plataforma eletrónica, nos termos referidos na cláusula 4.ª.

4 – Prazo e modo para apresentação das propostas:

4.1 A entrega da proposta e dos documentos que a acompanham deverá ser realizada exclusivamente de forma eletrónica através da plataforma eletrónica de contratação pública Acingov, observando o disposto nas alíneas seguintes:

a) Prazo para apresentação das propostas: **até às 23h59 do 5.º dia a contar da data do envio do convite;**

b) Prazo de manutenção das propostas: No mínimo 66 dias, contados da data do termo do prazo fixado para apresentação das propostas;

c) A proposta deve ser colocada na plataforma e em caso de dificuldade para aceder e utilizar a plataforma eletrónica, o concorrente deve contactar o serviço de apoio ao cliente da empresa Acingov.

4.2 A proposta deve ser assinada eletronicamente, utilizando uma assinatura eletrónica avançada qualificada, por quem tem poderes para obrigar a firma.

4.3 O concorrente que não disponha de um certificado de assinatura eletrónica referida no número anterior, quando efetua o seu registo como fornecedor do estado, deve em simultâneo solicitar a emissão de um certificado de assinatura eletrónica qualificada emitida por uma entidade certificada pelo CEGER.

5. A proposta deve incluir os seguintes elementos:

a) O Preço total da proposta com a indicação expressa da não inclusão do IVA e que ao mesmo acresce aquele imposto à taxa legal em vigor;

b) Prazo de validade da proposta (mínimo: 66 dias).

6. Documentos de Habilitação

O Concorrente adjudicatário, deverá, no prazo de 3 (três) dias úteis a contar da notificação da decisão de adjudicação, apresentar através de plataforma eletrónica, designadamente, os seguintes documentos de habilitação, nos termos do disposto nos art.ºs 81.º a 83.º do CCP, sendo de 1 dia o prazo a conceder pela entidade adjudicante para a supressão de irregularidades detetadas nos documentos apresentados que possam levar à caducidade da adjudicação nos termos do disposto no art.º 86.º.

Declaração emitida conforme modelo constante do anexo II cuja minuta se anexa às peças do presente procedimento;

Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos;

Cópia da Licença emitida pela Direção Geral de Transportes Terrestres para transporte de crianças, nos termos do n.º 1 do artigo 5.º da Lei 13/2006 de 17 de abril;

Cópia do Certificado de Motorista, emitido pela Direção Geral de Transportes Terrestres, nos termos do n.º 1 do artigo 6.º da Lei 13/2006 de 17 de abril;

Certificado Registo Criminal do Motorista da viatura, nos termos do n.º 1 do artigo 7.º da Lei 13/2006 de 17 de abril;

h) Cópia da apólice de responsabilidade civil e comprovativo de pagamento nos termos do artigo 9.º da Lei 13/2006 de 17 de abril;

i) Cópia da apólice automóvel e comprovativo de pagamento do veículo(s) afeto (s) ao transporte;

7 – Valor e modo de prestação da caução

Não haverá lugar à caução nem à retenção nos pagamentos, nos termos do disposto nos n.ºs 2 e 3 do art.º 88 do CCP aprovado pelo D.L. n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual, No entanto, pode a entidade adjudicante a qualquer momento, se o considerar conveniente, proceder à retenção de até 10% do valor dos pagamentos a efetuar, de acordo com o previsto no n.º3 do referido art.º 88.º.

9 – Prazo de validade da proposta

O concorrente fica obrigado a manter a sua proposta pelo prazo de 66 dias contados da data do termo fixado para a apresentação das propostas, de acordo com o disposto no art.º 65 do C.C.P.

Em tudo o omissis aplica-se as normas previstas no C.C.P. aprovado pelo D.L. n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação e demais legislação aplicável ao objeto do presente procedimento.

Com os melhores cumprimentos,

Paula Inês Moreira Dinis
Assinatura Eletrónica Qualificada
2021/08/17 11:30:56 +0100
Na ausência do Senhor Presidente